Silvio Romero, a escrita da história e o papel do homem de letras na formação nacional brasileira

Daniel Pinha Silva[1]

Silvio Romero, the writing of history and the role of the man of letters in Brazilian national formation.

1
Professor Adjunto de História do Brasil UERJ/PUC-Rio. Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Email: danielpinha@puc-rio.br

Resumo
O artigo trata da produção intelectual de Silvio Romero (1851-1914) destacando o modo como ele delineia o papel do homem de letras do tempo presente oitocentista na formação nacional brasileira. O autor elege o conceito de literatura para problematizar a produção do conhecimento sobre o Brasil e, mais do que isso, a forma pela qual o homem de letras deve agir com as palavras para a construção de uma independência mental brasileira. Tal reflexão assegura, também, um lugar próprio ao homem de letras, agindo na fronteira entre o mundo civilizado europeu e o contexto nacional.

Palavras-chave
Silvio Romero, história literária, história do pensamento brasileiro.

Abstract
This article deals with the intellectual production of Silvio Romero (1851-1914) highlighting how he outlines the role of the man of letters on the brazilian national formation. The author chooses the concept

of literature to discuss the production of knowledge about Brazil and, more than that, the way the man of letters must act with the words to construct a Brazilian mental independence. Such reflection also ensures an specific place to the man of letters, on the border between the civilized European world and the national context.

Key-words
Silvio Romero, literary history, history of Brazilian thought.

A serviço do presente

Ao analisar os primeiros textos de história da literatura oitocentista brasileira[2], Zilberman (1999) ressalta a existência de um princípio ordenador comum, capaz de conferir sentido às conexões entre as épocas: em geral, o fio condutor dessas histórias era o conceito de nacional. Três seriam, assim, as atribuições principais dos primeiros historiadores literários brasileiros.

Nossos primeiros historiadores da literatura depararam-se com uma missão e tanto, a saber: a) listar o material, outorgando a visibilidade a um corpus, que tornaria o objeto de sua narrativa; b) elaborar uma estória (story), fornecendo-lhe um enredo coerente e aceitável; c) estabelecer as classificações, o que na linguagem dos românticos, significava ser competência deles a confirmação de que o material catalogado pertencia exclusivamente à nação brasileira, embora surgido antes de o próprio país existir; para tanto, cabia verificar a presença da cor local no interior do material incipiente com que labutavam. (Zilberman, 1999, p. 27).

A definição desse sentido explicativo significaria a eliminação de qualquer tipo de vazio. No entender de Zilberman, privilegiava-se um tipo de escrita que visava o exame do passado como se ele fosse um bloco monolítico bem definido, harmônico, causal, cuja característica principal seria "acasalar

2 Zilberman examina os seguintes textos: "Résumé de l´Histoire Littéraire du Brésil" (1826), de Ferdinand Denis; "Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa" (1826), de Almeida Garrett; "Discurso sobre a história da literatura do Brasil" (1836), de Gonçalves de Magalhães; "Da nacionalidade da literatura brasileira" (1843), de Santiago Nunes Ribeiro; "Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira" (1843), de Pereira da Silva; além d´ "O ideal do crítico" (1865) e "Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade" (1873), de Machado de Assis (Zilberman, 1999, p. 23-55).

os eventos e esclarecê-los, evitando lacunas ou contradições" (Zilberman, 1999, p.24).

O ponto desenvolvido por Flora Sussekind sobre esse assunto também é importante, especialmente quando ela chama a atenção para a relação entre essas histórias literárias e a produção romanesca, tanto no Romantismo como no Realismo pós-1870. A produção de uma identidade estaria pautada, assim, não só na relação entre sujeitos que viviam no mesmo espaço e poderiam se considerar "brasileiros", mas também entre os sujeitos do presente e seus antecessores, escolhidos conforme o parâmetro da brasilidade.

Ao descreverem a procura de uma nacionalidade essencial, de uma identidade sem rachaduras, de uma linha reta, desvendam para quem os lê a origem da literatura brasileira. Quimera que constroem a cada novo passo, que acrescentam ao seu novo mapa de pesquisas (Sussekind, 1990, p. 20).

O delineamento do mapa nacional ia além dos limites da natureza descrita nos romances que constituíam os contornos da paisagem do Brasil. Descobrir e devassar o país significava também se voltar para trás no tempo, com a referência do nacional. O esforço do romancista em catalogar os nomes das diferentes espécies – fazendo o leitor "viajar" e conhecer o Brasil sem sair do lugar, através das narrativas – era semelhante àquele feito pelo historiador da literatura, detentor da tarefa de elaborar o inventário dos principais personagens e acontecimentos da história do pensamento do país. Tal empenho, no entanto, seria insatisfatório, se nele não estivesse contido um sentido capaz de integrar a alteridade do passado, criando, assim, uma "unidade no tempo". No romance, a descrição da especificidade da natureza brasileira equiparava-se à busca do diverso em um todo, isto é, a natureza tropical em suas mais distintas formas. No caso da escrita da história literária, a exposição da diversidade do passado, capaz de balizar momentos distintos, existia no

sentido de justificar uma ideia de brasilidade constituída no presente oitocentista.

Trata-se de uma concepção de história que se estende também à formação da história como disciplina constituída sob os ditames do Instinto Histórico e Geográfico Brasileiro. Há diversas interseções entre esse tipo de história produzido no IHGB e as histórias literárias que começavam a ser escritas a partir, principalmente, da década de 1840[3]. A análise de Manoel Salgado Guimarães, sobre as tensões entre os conceitos de nação e civilização como componentes fundamentais da disciplinarização da história[4], nos ajuda a compreender as características dessa cultura histórica oitocentista mais ampla.

A cultura histórica oitocentista, ao definir canonicamente os procedimentos adequados para o tratamento do passado, institui a História como disciplina capaz de, através do ordenamento do conjunto de experiências humanas passadas, legitimar um presente em construção (...) Um presente, que por estar no fim de certo percurso, pode olhar privilegiadamente para trás e reconhecer-se na História, escrita necessariamente como origem [Grifo Meu] (Guimarães, 2000, p. 138).

Para Guimarães, está em jogo uma leitura da história que visa à legitimação do passado a partir de um sentido político instituído no presente. Um projeto que objetiva dar conta de uma totalidade, isto é, a nação, tendo em vista a sua diversidade e multiplicidade de aspectos. Desse modo, a história possuía um sentido e um uso para a vida dos homens: estabelecer a legitimidade de um determinado presente em construção, isto é, o passado poderia oferecer o ponto de partida de uma trajetória, que possuía no presente uma ruptura, com o elo colonial, e uma continuidade, com a formação da nacionalidade.

O que está em jogo para Zilberman (1999), Sussekind (1990) e Guimarães (1988) é a centralidade ocupada pelo tempo presente – isto é, o contexto histórico de enunciação discursiva – nas propostas de escrita da história nacional. Ou seja, a

3
Sobre a relação entre a escrita da história literária de Silvio Romero e o arcabouço historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ver Turin (2005).

4
Guimarães MLS. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". Rio de Janeiro, *Estudos históricos,* n(1), 1988.

construção política e social do presente brasileiro oitocentista eleva-se como ponto de partida e de chegada das narrativas sobre o passado, literário ou não. Desse modo, confunde-se a todo o momento a tarefa da escrita da história e da experiência histórica do homem de letras que a escreve. Ou seja, a pena do homem de letras deveria estar a serviço da compreensão e solução dos problemas nacionais do seu tempo. Eis um tópico que se inicia com os primeiros românticos da década de 1830 e atravessa as reflexões críticas sobre a história e a literatura brasileira que tematizam o Brasil, chegando até um segundo momento de inflexão oitocentista, o desenvolvido pela geração de 1870. Encontraremos em Silvio Romero a síntese e a consolidação desse princípio: ao empreendimento de descoberta do Brasil através das letras e da história – ou seja, daquele que, ao mesmo tempo em que descreve, tece o fio condutor de sua história – é requisitada a essa tarefa uma dimensão eminentemente ética. Em Romero, a tarefa de escrita da história literária fará sentido se nela estiver contida uma contribuição para a independência mental brasileira, tarefa maior dos homens de letras que atuam no presente. Eis o ponto a ser desenvolvido nas linhas que se seguem.

Romero e o problema da independência mental brasileira

É desse modo que Silvio Romero conclui o prefácio de sua *História da Literatura Brasileira,* publicada pela primeira vez em 1888.

São estas as linhas diretoras da minha ação na literatura do país. Se me faltou o talento, resta-me em todo o caso, a face moral da empresa. A verdade e o patriotismo foram os meus guias.

Tal o sentido de certos ataques a influências estrangeiras, que desejaria ver anuladas de todo. Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho da minha vida. Sejam eles a tríplice empresa do futuro.

Tenhamos confiança! [Grifo meu] (Romero, 1902-3, XXVI.)

Escrito em forma de apelo, este trecho evidencia um ponto central da história literária de Silvio Romero, isto é, o profundo atrelamento existente entre os atributos nacional e ético, vistos por ele como condições essenciais para a elaboração de uma história literária verdadeira. Por aqui fica evidente que a preocupação principal do autor não era a definição de um programa historiográfico, enfatizando questões relacionadas à crítica e cotejo de fontes, ou utilização de um método; tampouco lhe preocupava problemas de ordem estética, compreendendo o fenômeno literário em sua particularidade. Para Silvio Romero, sua intervenção no presente e o sentido de sua história – isto é, a formação do povo brasileiro – estaria em função de uma missão presente, ou seja, todo o estudo acerca do passado literário do país só fazia sentido se estivesse inteiramente à disposição daquele desejo em ver concretizadas as diversas independências nacionais. Isso significa que, tão importante quanto dar conta do passado literário brasileiro e transformá-lo em história, seria pensar sobre o próprio sentido da escrita da história para as questões do seu tempo. O exercício de pensar a nação consolida-se como contínuo pensar sobre a própria atividade intelectual, que inclui, de maneira decisiva, uma dimensão ética, ou seja, voltada para a ação dos homens no mundo em que vivem.

Esse ponto se amplia quando conhecemos a compreensão de literatura defendida por Silvio Romero em sua História – concepção esta que refaz, em outras bases, o arcabouço teórico sobre o nacional definido desde os primeiros românticos. Em Gonçalves de Magalhães essa ideia de literatura conhece o principal esforço de sistematização. Primeiro, a leitura de Magalhães, de 1836:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, e de

mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência; e quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da terra com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a literatura aos rigores da importância do povo, do qual é ela o único representante de sua posteridade (Magalhães, 1980, p. 24).

Comparemos essa passagem a de Silvio Romero, do capítulo "Os estudos de história literária do Brasil", retirado da primeira edição da sua *História da Literatura,* de 1888:

Para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações de inteligência de um povo: política, economia, arte, criações populares, ciências,... e não, como era de supor-se no Brasil, somente as intituladas belas-letras, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia!... (Romero., 1980, p. 428).

Magalhães e Romero operam de maneira tão próxima que utilizam termos semelhantes para designar o que compreendem por literatura: enquanto para o primeiro ela é o "reflexo da inteligência de um povo", para o segundo, ela diz respeito a "todas as manifestações da inteligência de um povo." Para ambos a literatura é o conjunto do que há de mais apurado na produção de um povo em um determinado tempo, ou seja, as condições temporais e locais são as linhas constantes para a distinção do caráter literário. Para ambos, a literatura reflete imediatamente o que um povo produziu de melhor em seu pensamento, guardando em si o que deverá ser considerado memorável, ou seja, digno de ser lembrado no futuro; a partir dela, revela-se também o estágio de evolução do pensamento desse povo em relação a um processo histórico maior. Ou seja, essa concepção ampla e genérica de literatura proposta por Silvio Romero – exemplificada neste trecho – não rompe com a proposta de Magalhães, mas realiza

a síntese de aspirações acumuladas anteriormente, especialmente quando ele analisa o fenômeno literário como desdobramento das expressões culturais e pensamentos de uma época. O literário, portanto, deve sempre alcançar fins para além do texto, ou seja, fins políticos, sociais, filosóficos, históricos ou éticos[5]. Ou seja, para Romero, o componente literário encontra no tempo presente um lugar de ação, ação através das letras: a do desenvolvimento de uma independência mental, considerando os vínculos de dependência existentes entre a produção letrada brasileira e àquela empreendida no contexto europeu, como se este vínculo refizesse, em termos modernos, a relação colonial estabelecida a partir da chegada dos portugueses no século XVI.

Se retomarmos a sentença romeriana destacada logo no início dessa seção, notaremos que essa ideia de independência mental articula política e letras, sem, contudo, diferir essencialmente da história literária propagada por Joaquim Norberto[6] em 1862. Enquanto Romero afirma:

Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho da minha vida. Sejam elas a tríplice empresa do futuro. (Romero, 1902, p. XXVI, v.I).

Norberto (Apud Souza, 2002), por sua vez, já afirmara.

Nossos pais nos deram uma independência política; cumpriram a sua missão, não devemos exigir mais. Somos nós, seus filhos, os que devemos dar conta às gerações futuras do emprego que fizemos de nossa época. Temos de continuar a revolução, porque a Espanha e Portugal ainda imperam em suas antigas colônias; e temos de firmar uma independência, quiçá mais cara – a independência intelectual. [Grifo meu] (Norberto Apud Souza, 2002, p. 133).

Norberto conclama aos seus contemporâneos que continuem a revolução iniciada por seus pais que legaram a independência política; caberia a

5
Na produção crítica de Machado de Assis, publicada fundamentalmente nas décadas de 1860 e 1870, ou seja, no mesmo contexto de produção letrada de Magalhães e Romero, encontramos um posicionamento dissonante em relação a essa concepção ampla e genérica do literário. Em "Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade" (1873), Machado ressalta que tal abertura possui o perigo de inibir o traço essencial do texto literário, ou seja, sua propriedade artística. Importa-lhe, primeiro, repensar o lugar social do literato, sem que ele se prive de seu atributo principal ante a sociedade em que vive. Nas palavras de Machado: "Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região: mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço" (Assis, 1962, p. 804).

6
Roberto Acízelo considera esses artigos publicados por Joaquim Norberto na *Revista Popular,* entre 1859 e 1862, uma importante referência para a futura sistematização empreendida por Silvio Romero em 1888. Norberto apresentava ali uma relação entre história, costumes nacionais e representatividade literária, conectada pela ideia de nacionalidade (Souza, 2002).

eles, agora, instituir uma independência mais cara, a intelectual. Romero, por seu turno, dedica inteiramente seu livro ao que considera como um empreendimento maior voltado para o futuro, isto é, as independências do Brasil, todas elas, literária, científica, política. Repare que, para o caso político, Romero utiliza o qualificativo *reforço,* para designar algo que já existe e necessita ser constantemente revigorado. Vem à tona, nesse sentido, a lembrança da passagem de Ernest Renan, autor citado diversas vezes por Romero, que em sua famosa conferência proferida em 1882 sobre "O que é uma nação", ressalta a necessidade de uma nação confirmar continuamente, em um *plebiscito diário,* a vontade de permanecer unida[7]. De um lado, o perigo da desintegração completa da unidade nacional parecia afastado de Romero – preocupação diferente viveu Gonçalves de Magalhães, numa década de 1830 marcada pelas revoltas regenciais; de outro, vivia-se um clima de crítica e crise do Império na década de 1880, em meio à efervescência das questões abolicionista e republicana. Nesse sentido, a *História da Literatura Brasileira* era requisitada por seu autor a cumprir a cara tarefa de *reforçar* a autonomia brasileira no quadro das lutas políticas de seu tempo.

A propósito, a indissociável relação entre política e letras foi uma das (poucas) constâncias do pensamento romeriano. No texto "O Brasil Social", por exemplo, publicado vinte anos depois da *História,* Romero inclui jornalistas e literatos no mesmo patamar de dirigentes políticos do Estado no controle da vida mental brasileira. Eram todos responsáveis pela situação de profunda decadência social, política e moral na qual se encontrava aquele Brasil controlado pelas oligarquias em 1908. Em suas palavras,

As três classes que tem mais de perto dirigido a vida mental e pública do povo brasileiro – os políticos, os jornalistas e os literatos, levaram-no a um tão grau de confusão, pessimismo e desânimo, que nem eles mesmos tomam mais pé no meio dos desatinos que acumularam (Romero, 2001, p. 106).

7
Nas palavras do pensador francês: "A nação é uma alma, um princípio espiritual. Constituem essa alma, esse princípio espiritual, duas coisas que, para dizer a verdade, são uma só. Uma delas é a posse comum de um rico legado de lembranças; a outra, *o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a valer a herança que recebemos indivisa*. (...) Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, ter feito grandes coisas juntos, querer continuar a fazê-las, eis as condições essenciais para ser um povo." [Grifo meu] Renan E. "O que é uma nação". In: Rouanet (1997, p. 22).

O mesmo Silvio Romero atacava em maio de 1879 – recém-chegado ao Rio de Janeiro em artigos do jornal *O Repórter,* sob o pseudônimo Feuerbach – grandes figuras do Parlamento como Joaquim Nabuco, Visconde de Sinimbu, Francisco Otaviano, dentre outros. Ele denunciava nesses textos o que considerava como indigência mental dos protagonistas da cena pública brasileira, apontando-lhes a necessidade de conhecer as leis naturalistas e evolucionistas, como se o conhecimento do novo repertório científico moderno fosse condição para o bom exercício da política no Parlamento (Mota, 2000, p. 38). Nas palavras de Maria Aparecida Mota, para Romero,

O Parlamento deveria ser uma instituição onde só pudessem 'entrar indivíduos em determinadas condições de ilustração e adiantamento intelectual', de tal sorte que 'os medíocres e os ignorantes fugissem dali pelo medo de fazer uma figura ridícula e mesquinha. (Romero, 2001, p.39)

Retornando ao texto de 1888, para Romero, se a independência política carecia de reforço contínuo por meio da tarefa letrada, o mesmo não se poderia dizer dos temas relacionados à ordem mental – caso das produções literárias e da escrita da história. Para estes não haveria reforço, mas sim todo um caminho novo a percorrer, a começar por uma nova leitura sobre o passado literário brasileiro, sistematizada em escrita da história – caso da sua *História da Literatura Brasileira*. "Sejam elas a tríplice empresa do futuro", exalta o historiador: eram as independências que apareciam em primeiro plano no empreendimento intelectual de Silvio Romero. Mais importante do que apurar acontecimentos marcantes do passado literário brasileiro, ou revelar episódios ainda inéditos e desconhecidos do público leitor, seria encontrar, a partir do presente de 1880, um novo modo de dar sentido àquele passado. Desse modo, ampliava-se o sentido da ação dos homens de letras do seu tempo, responsáveis por conduzir o pensamento brasileiro ao caminho da verdade,

acarretando, necessariamente, no rompimento com tudo que havia se produzido até então sobre a história da literatura brasileira.

Traçando um panorama dos trabalhos estrangeiros e nacionais que se dedicaram a analisar a literatura nacional até então, Romero menciona apenas o livro do austríaco Ferdinand Wolf, *Le Brésil littéraire,* publicação datada de 1863, como mais próximo do que deveria ser considerado como uma verdadeira história da literatura no Brasil.

O livro de Ferdinand Wolf, feito às pressas, não tem vistas teóricas; é um produto artificial e diplomático. (...)

Os escritores portugueses, atrás citados, acham-se no mesmíssimo caso, e os brasileiros, conquanto mais conhecedores do assunto, só quiseram escrever quadros isolados e só trataram de alguns tipos destacados. (...)

Um conhecimento, que não se generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pitoresca deve levar a história filosófica e naturalista.

Neste terreno buscará permanecer este livro, por mais lacunoso que ele possa vir a ser. Seu fito é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro. [Grifo meu] (Romero, 1902, p.3-6).

Sobre esse escrito havia a ressalva de que se tratava de um texto desprovido de contribuições teóricas, já que nele se fazia apenas a descrição de quadros isolados e tipos destacados do passado literário nacional. Mais do que dissertar sobre as circunstâncias históricas específicas que conformavam um pensamento próprio a cada momento da história das ideias brasileiras, importava a Silvio Romero explicitar, através das experiências passadas, a lei que presidia a formação do brasileiro. O desconhecimento desta lei levaria à mera descrição de casos isolados; desvendá-la, significaria estabelecer a chave

interpretativa capaz de ordenar em um fio condutor o conjunto de todas as experiências passadas.

O letrado no espelho: entre a nação e a Civilização

Não se pode afirmar que Silvio Romero desconhecesse as dificuldades das condições de circulação das ideias no Brasil. Ao contrário, ele tinha plena consciência de que a República das Letras brasileira era um círculo extremamente restrito, limitado pelas condições sociais de pobreza e analfabetismo que assolavam a imensa maioria da população brasileira. Nas palavras de Romero, ainda em *História da Literatura Brasileira:*

No meio de tudo isto, quem entre nós escreve e quem entre nós lê? Não são, decerto, os lavradores, os criadores, os industriais, os políticos nem os administradores. Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessas classes. É a regra geral. A mais completa indiferença pelo que é produto intelectual brasileiro aqui reina. Os poucos que tem a moléstia das letras e se esforçam por aviventar o pensamento nacional ao contato das grandes idéias do mundo culto, sem afogar esta nacionalidade nascente num pélago de imitações sem critério, esses não são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim ou aos versinhos chegados de Lisboa ou de Paris (Romero, 1902-3, p. 97).

Se as condições de leitura entre os setores sociais mais pobres eram praticamente impossíveis, a situação que ele encontra entre a elite consumidora de livros e de produtos culturais é diversa, mas igualmente problemática: pairava entre as elites a concordância passiva de tudo que se remetia ao mundo europeu civilizado. Ao homem de letras cabia, portanto, ultrapassar uma dupla ausência no estado de coisas vigente: a falta de letramento da maioria mais pobre e a carência de crítica ante ao que vem de fora por parte da minoria abastada. Nesse sentido, para Romero, competia aos homens de letras darem voz àquilo que brotava espontaneamente das raízes populares[8], essencialmente

8
As reflexões de Silvio Romero sobre as criações populares estão reunidas de maneira mais sistematizada no livro *Estudos sobre a poesia popular do Brasil,* de 1888. A esse respeito, comenta Maria Aparecida Rezende Motta: "Um dos livros mais transparentes quanto aos modelos teóricos escolhidos por Romero para compreender a realidade brasileira é o 'Estudos sobre a poesia popular do Brasil', de 1888, onde aplicou as teses de Herder e de Spencer às nossas manifestações culturais. Analisando costumes, festas, cantigas e histórias populares, bem ao estilo herderiano da busca do 'espírito do povo', certificou-se de que havia uma uniformidade na cultura, apesar das peculiaridades de cada região do Brasil, acentuadas pela diversidade das atividades econômicas. A prova era a existência de uma poesia popular especificamente brasileira, diferente do lirismo herdado pelos portugueses. Essa poesia, conforme suas palavras era a que mais de perto nos pertencia e nos individualizava." (Mota, 2000, p. 89).

nacionais – daí a ênfase dada pelo autor aos trabalhos de cultura popular[9]. Por outro lado, esses letrados deveriam saber selecionar criticamente o que o mundo civilizado havia produzido de melhor, traduzindo-o para a realidade nacional. Inserir o Brasil no movimento geral da Civilização, eis uma missão fundamental da literatura e dos homens de letras. Tal inserção implicava, no entanto, em uma atitude seletiva, a ser aplicada tanto aos estudos populares quanto às sistematizações letradas.

Esse ponto fica bastante evidente no trecho abaixo, retirado do capítulo II do livro I da *História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero, intitulado "Teorias da história do Brasil":

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país.

A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de idéias européias às sociedades do continente.

Esta adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica.

A darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia.

A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos. (Romero, 1902-3, p.10-11).

Aqui os propósitos mais imediatos de Romero se tornam ainda mais explícitos: a adequação da

9
Alberto Schneider acrescenta, ainda, que o objetivo de Romero com esses estudos seria oferecer subsídios à cultura letrada, lançando mão, para isso, do repertório científico moderno. "A tradição popular não deveria apenas servir para a vaga inspiração literária dos romancistas e dos poetas, mas, uma vez catalogada em registros objetivos e rigorosos, deveria estar apta a frequentar o repertório culto de cientistas, sociólogos e historiadores. Dessa maneira, após minuciosa chancela douta, as tradições populares ingressariam nos museus e academias, como autêntico depositário das experiências anônimas do povo, além de oferecer subsídios à literatura culta." (Schneider, 2005, p.67).

crítica e da história literária brasileira aos novos princípios científicos do tempo e a inserção das letras brasileiras no movimento geral das ideias do mundo ocidental. A particularidade da nação brasileira estaria sempre pautada no confronto com uma universalidade, a do conjunto das nações civilizadas do ocidente, ou seja, ao mundo das letras da Europa – o que não deixaria de configurar outra particularidade. A tensão entre o local e o universal se balizava não apenas pelo domínio da diversidade entre culturas, mas sim por uma diferença definidora de uma hierarquia, onde o Brasil ocupava o lugar de aprendiz ou reprodutor daquilo que melhor se produzira no Velho Continente. Se a gênese do pensamento – ou a raiz, para tratar em termos romerianos – estava na Europa, cabia aos homens de letras brasileiros a tarefa de selecionar o que aqui devia sobreviver, isto é, o que aqui devia ser reproduzido. Se na época colonial predominava o espírito de imitação servil ao elemento português, no presente histórico dos oitocentos a imitação servil transformar-se-ia em imitação selecionada. Ou seja, o homem de letras se apresenta aqui como o sujeito apto a traduzir para o contexto nacional a experiência positiva da civilização, trazendo o olhar cuidadoso daquele que domina o que vem de fora, isto é, daquele que é balizado como outro.

O argumento desenvolvido por Roberto Ventura nos auxilia nesse sentido. De acordo com ele, para os homens de letras do século XIX brasileiro, "a nação se constrói, portanto, no movimento ambíguo entre a identidade e a diferença, entre a reprodução da experiência europeia e a sua relativa diferenciação nos trópicos" (Ventura, 1991, p.43). A pergunta a ser respondida seria: de que maneira os sistemas filosóficos europeus poderiam colaborar na interpretação da realidade local brasileira? A qual repertório intelectual o pensamento brasileiro deve se reportar? O olhar que um homem de letras brasileiro como Silvio Romero cria para o seu próprio país se produz a partir da idealização das Metrópoles europeias, de tal modo que o intelectual 'periférico' percebe a realidade que o circunda como exótica. Constrói-se,

assim, um auto-exotismo do homem de letras na relação entre ele e o mundo letrado de seu país, o que o leva a construir uma visão etnocêntrica das culturas populares de origem africana, indígena ou mista (Ventura, 1991, 39). Nas palavras de Ventura:

Introduziu-se, na literatura e na crítica brasileira, uma visão exótica ou um olhar de fora, que trouxe uma imagem negativa da sociedade e da cultura local, expressa na oscilação entre ufanismo e cosmopolitismo, na tensão entre a ideologia civilizatória e o projeto nacionalista. (Romero, 1902-3, p.43).

A designação do homem de letras como o sujeito apto a traduzir para o contexto nacional a experiência positiva da civilização, tal como proposta por Silvio Romero, produz, assim, a distância que permite melhor observar os problemas da própria sociedade, relativizando perspectivas e pondo pontos de interrogação em pressupostos comumente aceitos pelo debate nacional. Tal distância, por outro lado, como ressalta Ventura, acaba por reproduzir determinações que reforçam os lugares de superioridade e inferioridade, considerando o contínuo processo de evolução das sociedades, balizados pelo conceito de Civilização. Nessa lógica, o Brasil, ao mesmo tempo em que pretendia se inserir na nova dinâmica da Civilização, não conseguia superar a marca indelével de sua formação, isto é, sua condição colonial.

Considerações finais

A compreensão do tema da missão nacional do homem de letras foi analisada aqui considerando dois aspectos. No primeiro, a ênfase na ideia de independência mental associada à consecução de um projeto político do tempo presente; tal associação se apresenta não só como a contribuição do homem de letras para o debate público de seu tempo, mas também para a contínua tarefa de formação cultural brasileira. O segundo aspecto nos abre a possibilidade de melhor ponderar uma tensão fundamental que percorre a proposta de Silvio Romero: de um lado, o sonho da "independência literária, independência

científica e reforço da independência política" – sonho porque entendido como projeto ainda irrealizado; de outro, a necessidade de que "a adaptação de doutrinas e escolas europeias ao nosso meio social e literário seja fecunda e progressiva", levando em conta a lei da concorrência vital e da hereditariedade, aplicável a circunstâncias literárias. Aqui se estabelece o que para Silvio Romero é o sentido da identidade do homem de letras brasileiro no ambiente letrado oitocentista: um sujeito capaz de perscrutar o cerne do nacional, definindo o que é uno, comum, isto é, o que é o mesmo; e que, ao mesmo tempo, é um sujeito apto a traduzir para o contexto nacional a experiência positiva da Civilização, trazendo o olhar cuidadoso daquele que domina o que vem de fora, daquilo que é balizado como outro. Em outras palavras, o letrado está na fronteira entre o local e o universal, atuando como outro (civilizado) e devidamente autorizado – por ser dotado de uma superioridade, a do conhecimento do mundo letrado - a definir o que é próprio ao mesmo (nacional).

Referências

Alencar J. *Obra Completa em 4 volumes*. v(IV). Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960.

Assis JMM. "Noticia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade" In: _____. *Obra completa*. v(3). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962.

Guimarães MLS. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". Estudos históricos, Rio de Janeiro, 1988; n(1).

_____. "Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a Escrita da História". Humanas. Revista de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2000; v(23) n(1/ 2).

Magalhães DJG. "Discurso sobre a história da literatura no Brasil". In: Coutinho A (org). *Caminhos do pensamento crítico*. v(I). Rio de Janeiro: Pallas Brasília INL, 1980.

Mota MAR. *Silvio Romero:* dilemas e combates no Brasil da virada do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Renan E. "O que é uma nação". In: Rouanet MH. *Nacionalidade em questão.* Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IL, 1997.

Romero S. *História da literatura brasileira*. 2 vols. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. (Romero S., 1902-3, XXVI).

_____. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001

_____. "A poesia de hoje". Cantos do Fim do Século. In: Coutinho A (org). *Caminhos do pensamento crítico*. v(I). Rio de Janeiro: Pallas Brasília INL, 1980.

Schneider AL. *Sílvio Romero, hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005.

Souza RAQ (org.) *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

Sussekind F. *O Brasil não é longe daqui:* o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Turin R. *Narrar o passado, projetar o futuro:* Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Ufrgs, 2005.

Ventura R. *O Estilo Tropical História Cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Zilberman R. "História da Literatura e Identidade Nacional". In: Jobim JL (org). *Literatura e identidades,* Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 1999, p. 23-55.

Data de Recebimento: 01/07/2014
Data de aprovação: 09/01/2015
Conflito de Interesse: nenhum declarado.
Fonte de Fomento: nenhum declarado.